

Educação física em três tempos

vina di carvalho *

Resumo: Passear pelos tempos pode ser um modo de conectar possibilidades de perceber na educação física as manutenções de estratégias coloniais de distanciamento progressivo do corpo. Tempos que se misturam e se transformam e modos de fazer que permanecem controlando corpos nas suas ações mais sutis são colocados em movimento de investigação, na tentativa de desfazer o efeito da linha única de uma história muito mal contada. Aproximam-se educação física e colonialidade para uma composição de saberes e corpos em exercícios insistentes da decolonialidade, mais próximos da constante produção de culturas pelo corpo em movimento.

Palavras-chave: corpo; movimento; decolonialidade; saberes; cultura.

Physical education in three stages

Abstract: Walking through time can be a way of connecting possibilities of perceiving in physical education the maintenance of colonial strategies of progressive distancing from the body. Times that mix and transform and ways of doing that continue to control bodies in their most subtle actions are put into motion of investigation, in an attempt to undo the effect of the single line of a very poorly told story. Physical education and coloniality come together for a composition of knowledge and bodies in insistent exercises of decoloniality, closer to the constant production of cultures by the body in movement.

Key words: body; movement; decoloniality; knowledge; culture.

* **vina di carvalho** é Doutora em Educação (UFMG). Está professora substituta no Departamento de Ciências da Educação Física e da Saúde (UFSJ).

O som estridente da sirene anuncia a mudança de horário na escola, docentes trocam de salas, estudantes trocam de livros, cadernos, materiais, aulas, alguns mais alegres que outros, a depender do que a grade curricular organizou para o aprendizado de mais ou menos 50 minutos. A maioria permanecerá nas salas, com suas carteiras enfileiradas e seus lugares definidos para prosseguimento das atividades escolares: matemática, português, biologia, física, química, literatura, história, geografia, filosofia, artes... e educação física. As turmas esperam ansiosas pelo momento semanal de descanso das carteiras e saída das salas de aula para as quadras, quando as escolas possuem o mínimo de infraestrutura.

A professora busca estudantes na sala de aula para tentar impedir a algazarra proibida pela diretora, diz para formarem duas filas por ordem de tamanho, uma de menino e outra de menina, e seguirem-na até a quadra, em silêncio. Não dá! Nenhum corpo consegue ser mantido em fila e em silêncio depois de tanto tempo sentado e obedecendo. Chegam à quadra aos gritos, procurando as bolas de vôlei ou queimada ou futebol e, rapidamente, desfazem-se das filas, mas não da separação reproduzida pela professora: meninos jogam futebol, meninas jogam vôlei ou queimada ou nada. Os corpos que não são nem meninos e nem meninas brigam pelos seus lugares nos times ou inventam alguma coisa para fazer durante o tempo em que administram os preconceitos, os impedimentos, os insultos e a manutenção da vida como ela vem sendo. O tempo acaba e todas as pessoas retornam à mesma sala, algumas suadas, outras entediadas, enraivecidas, cansadas, querendo continuar na quadra, no jogo, na conversa, na brincadeira proporcionada pelo espaço de tempo ocupado pela educação física na grade curricular que aperta a vida na escola.

Parece familiar. E, sinceramente, é para ser. É importante dizer que nenhuma aula de educação física é a mesma, uma aula é um acontecimento, depende dos encontros entre os corpos e os saberes e os discursos e seus contextos culturais, sociais, históricos e tudo e tal. O que se persegue é como a educação física escolar veio sendo ocupada por mesmices, sofisticadas ao longo dos anos de existência da área de conhecimento. Quando uma aula de educação física pode ser descrita e reconhecida a partir do ordenamento de estudantes filas, separados pela estatura e pela diferença genital imposta como norma, passando pela tentativa frustrada de manutenção da ordem e do silêncio até chegar à quadra; quando práticas esportivas dividem corpos e seus acessos à cultura de movimento dependem da correspondência à heterocisnorma... Tudo isso e muito mais são permanências perversas de um modo de fazer da educação física, capaz de reproduzir aos montes o corpo inventado para satisfazer aos massacrantes padrões de civilidade e aptidão física para o trabalho e para a constituição familiar do gênero, da sexualidade, da raça, da classe e toda uma sorte de separações que permanecem em funcionamento em cada corpo.

O reconhecimento da educação física como área de conhecimento é recente, acontece na década de 1980, após a criação do primeiro curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo, em 1977 (Tani, 2011). No entanto, isso não significa que saberes corporais não tenham ocorrido antes de seu reconhecimento no nível superior de ensino. Tal reconhecimento é resultado de inúmeras movimentações estudantis e populares, investimentos em pesquisas em outras universidades e áreas de conhecimento, investigação epistemológica inquieta e insistência na

percepção de que a educação física não seria apenas um instrumento de medição, seleção, treinamento e desenvolvimento de aptidões físicas dos corpos para sustentação da exploração econômica.

A educação física é, ao mesmo tempo, uma área de conhecimento no campo acadêmico e científico e profissional e uma prática pedagógica capaz de intervir na dinâmica social, cultural, política, histórica dos corpos envolvidos na comunicação de seus saberes (Betti, 2005). Uma área que se preocupa com o fazer corporal e as produções de saberes que se relacionam com esse fazer, para a qual corpo pode ser entendido como um território em constante mudança porque está sempre em movimento. Por mais que as suas bases epistemológicas ainda estejam bastante vinculadas aos modos de pesquisar das ciências médico-biológicas, a movimentação das pesquisas em educação física vem demonstrando mudanças no sentido de pensar as relações entre corpos e a cultura de movimento e as políticas públicas e as cidades e as festas e as diversas desobediências das normas de ser corpo na colônia e as maneiras de poder ser um corpo, vários corpos e os atos de resistência por meio do gesto corporal.

Isso se deve às resistências mobilizadas desde que o primeiro contramestre de ginástica ordenou o primeiro movimento a ser executado perfeitamente por todo o grupo de homens que ele treinava e foi desobedecido; desde que o primeiro adolescente fez bagunça durante a execução obrigatória da calistenia; desde que a primeira bicha rebolou durante a execução do hino nacional; desde que a primeira menina se revoltou com as levezas opressoras dos movimentos do ballet; desde que a primeira professora percebeu que executar uma sequência de movimento ginástico resultaria na

execução proposital das possibilidades de composição das linguagens de um corpo, da investigação de suas sensibilidades, da percepção de suas emoções e do fortalecimento de suas culturas e modos de vida.

O procedimento da colonização europeia nas Américas consistiu na redução progressiva da humanidade dos corpos por meio do distanciamento de si, contanto com as estratégias e modos de organização e comportamento inventados pelos colonizadores e suas instituições de poder (Lugones, 2009). O cristianismo era a doutrina mobilizada pela Igreja para servir como meio de transformação automática de corpos colonizados em pagãos e pecadores que necessitariam do perdão divino do deus branco; a família funcionou como unidade civilizatória que definia os aprendizados dos locais de cada corpo e suas condutas na dinâmica social organizada a partir do homem - de deus até o pai; a ciência contribuiu para a certificação branca e europeia da pureza de um corpo apto a ser considerado como cidadão, isso significou a separação dos corpos por suas mínimas diferenças, inventando justificativas para a superioridade branca sobre os demais corpos que receberiam a escravização como punição efetiva para a purificação. Igreja, família e ciência não funcionaram separadamente. A estruturação de racismos, heterocissexismos e cristianismos é necessária à manutenção de um modo exploratório da vida, a colonialidade do corpo é o constante estímulo para que cada corpo permaneça cada vez mais distante de si e do outro, a separação é necessária ao domínio de uma história única, de um pensamento único, de um único modo de ser corpo (Carvalho, 2023).

Um corpo distanciado de si é um corpo impossibilitado de se reconhecer culturalmente, de agir politicamente, de movimentar seus saberes, de compartilhar aquilo que sente, de entender como se sente, de desejar ser o que quiser, de conhecer-se enquanto corpo que se move e que aprende com esse movimento, consigo e com outros corpos em movimentos mais compostos. As colonizações nas Américas inventaram a separação entre corpo e mente, emoção e razão, sentir e saber, corpo e espírito, pecado e perdão, um modo de vida desconhecido e único e obrigatório, orientado por uma linha reta e por uma origem desconhecida, mas que se impunha como branca, europeia, cristã, moderna, colonizatória, exploratória, civilizatória. Ao operar por meio dos corpos, as dualidades coloniais os forçam a funcionar por meio de hierarquizações, favorecendo à manutenção do poder do colonizador.

O investimento colonizatório também faz do corpo um território tanto sob ameaça de novas colonizações, quanto atento a elas, percebendo suas capturas e inventando suas maneiras de escapar, de se mover de outra forma, de desarticular, de viver apesar delas (Carvalho, 2023). Tudo isso ao mesmo tempo. Movimentos constantes entre colonizações e fugas podem compor um território corpo que vive os entrecruzamentos opressivos da colonialidade. Mas qual a relação entre educação física e colonização? Bom, tanto a área de conhecimento quanto a estratégia de dominação vieram de países europeus, mesmo que em tempos e contextos diferentes; ambas funcionaram como modos de reprodução de uma unicidade, tanto sobre a ideia de civilização, quanto sobre a normalização do corpo, para a implementação de regimes de poder; ambas necessitaram de investimento sobre o corpo, sobre seus modos de vida, seus saberes, suas

condutas, seus prazeres, suas sexualidades, raças, gêneros, classes, maneiras de ser corpo...

Nossa! Tem muito a ver... Atentemo-nos para o investimento sobre o corpo sofisticado por meio da educação física. Escarafunchar quais corpos a educação física ajudou a produzir, aproximando regimes de poder e corpos a fim de revirar os produtos e fazer aparecer suas reproduções. Perceber no corpo as formas com as quais a educação física veio sofisticando os modos coloniais sobre as vidas escolares e sociais é um exercício de investigação que pode acontecer de inúmeras maneiras e lugares... Como faremos?

Vamos dividir em três tempos. Qual será a duração de cada tempo? Teremos dois times? A colonialidade e o corpo? NÃO! Não precisamos separar times, nem lados. Tudo isso acontece junto, o que nos é possível aqui é apresentar uma composição das percepções e investigações possíveis neste artigo. O tempo é o tempo da leitura. Já os três tempos não terão a mesma duração, porque estamos falando de um tempo que anda rápido e lento, que vai e que volta, que se compõe de passados e futuros e presentes e que acontece no momento mesmo em que é revisitado, remexido, problematizado.

Três tempos para tentar mobilizar as permanências coloniais nos modos de funcionamento da educação física e na produção de corpos para a manutenção da organização do movimento da vida. Três tempos para investigar e compor saberes que movimentem as noções de corpo, educação física e governo, e tentar sair de cada um deles com mais vontade de fazer do corpo seu próprio modo de produzir saber e modificar os jogos que estruturam o fazer social, porque é do corpo o movimento de escapar daquilo

que lhe é imposto e produzir vida onde antes só existia norma.

Preparadas?

Três, two, hum... VAI!

O tempo em que o corpo era treinado

O surgimento da educação física como um modo de treinamento dos corpos segundo as normas estabelecidas pela noção de civilidade tem, obviamente, estreita relação com as colonizações realizadas pelos países europeus. Era preciso treinar nos corpos a obediência à organização colonizatória das coisas. No entanto, a presença das noções de percepção corporal, de compreensão do movimento e seu uso como linguagem, do exercício de composição de corpos com as artes, com as culturas, com as memórias, os sentimentos, com outros corpos e suas relações com as matas, as águas, os ventos, as terras, o fogo, as comidas, calores e frios e espiritualidades... a coletividade em movimento e a percepção de corpo como um contínuo movimento de composição com tudo aquilo que o atravessa já movimentavam as terras brasileiras mesmo antes delas serem chamadas de Brasil e continuaram acontecendo ao longo das histórias contadas e permaneceram nas histórias que quiseram esconder.

As noções de corpo coletivo são responsáveis pela manutenção cultural, histórica, artística, econômica, educacional, popular, política das resistências e permanências de povos não brancos, não heterocis, não cristãos. Os movimentos compostos entre corpos que experimentam as mais variadas formas de colonialidade são os mesmos que tornam nítidos os procedimentos opressivos necessários à sofisticação dos modos de fazer coloniais que perduram nas tentativas democráticas.

Como estamos falando de colonização, os saberes de corpos que não se parecessem com a imagem do colonizador foram rapidamente transformados em experiência, em modos primitivos de vida, em paganismo, bruxaria, pecado e tantas outras formas de fazer o esquema colonial funcionar e a modernidade europeia acontecer (Lugones, 2009). O rebaixamento dos saberes de corpos colonizados é seguido pela imposição do único saber possível na colônia, aquele produzido e produtor do homem, branco, heterocis e cristão. Ainda hoje é comum chamar aquilo que é da cultura dos povos brasileiros, principalmente aqueles vinculados aos saberes indígenas e negros, de folclórico, como se o folclore não fosse a sobrevivência das culturas que a colonização tentou apagar. As imposições das colonizações europeias objetivavam a reprodução de um corpo só em todo o território brasileiro, mas encontraram as resistências de povos que também inventavam fazeres corporais como movimentos de ocupação do território e de produção de vidas e suas culturas para além da colonização ininterrupta.

Era preciso treinar os corpos utilizando-se movimentos específicos a serem realizados idênticos aos demonstrados pelo contramestre de ginástica e seus manuais europeus de codificação do gesto corporal. O ideal da educação nas instituições brasileiras nos períodos imperial e republicano era estimular a identificação da maior parte da população com os ideais europeus de civilidade (Castellani Filho, 1988). A educação física, então nomeada de Gymnastika, começou a ser ministrada em instituições militares desde a criação da Academia Real Militar, em 1810, sua instrução vinha de manuais ginásticos e de dança, aplicados por militares de alta patente, colonos e imigrantes europeus,

mais especificamente alemães, como apresentado por Pires (2007). A obrigatoriedade para todo o território brasileiro ocorre em 1854 e cada província é responsabilizada pela organização da disciplina de acordo com seu contexto.

Isso significa que o treinamento do gesto passou a funcionar como modo de educar os corpos no ambiente escolar, utilizando-se de padrões militares, cristãos (a *Gymnastika* também fazia parte dos colégios de meninos da igreja católica), masculinos e europeus. O corpo treinado era o corpo masculinizado, virilizado, enrijecido, violento, superior e capaz de conter as mais absurdas emoções e suportar as mais pesadas cargas com seu corpo preparado para o sucesso da nação que precisava ser construída por ele, obedecendo aos padrões europeus e estimulado por uma hierarquização social que fazia dele a referência de tudo, com poderes irrestritos sobre os corpos que estivessem abaixo dele, desde a organização da família até a social. O militarismo estruturou as práticas corporais de modo a transformar o gesto corporal em gesto treinado para ser igual, essa redução das possibilidades de comunicação dos gestos corporais vai habitar as modalidades ginásticas, as danças, os esportes, os jogos, as lutas e muitas outras manifestações das culturas corporais de movimento no Brasil. Nas escolas e universidades, o treinamento do gesto permanecerá como um mau agouro colonial que tenta impedir a expressão, a invenção, a experimentação e percepção do mover-se como mais uma forma de saber, de comunicar, de aprender e de se coletivizar.

Sabendo que o Brasil pula de golpe em golpe na tentativa de fazer das colonialidades suas novas formas de governo, não espanta o investimento

intenso nos treinamentos de corpos para o novo regime de poder que se iniciava. A república é proclamada em 1889 e o nome do país escracha o objetivo de todo o babado: Estados Unidos do Brasil. Pois é, um novo nome para o imperialismo mais sofisticado também necessita de um corpo mais treinado, mais distanciado de si enquanto vida e mais preparado para obedecer e reproduzir-se. Os ideais positivistas que estampam a bandeira do país estimulavam a noção de que a cientificidade ocidental seria a detentora da verdade única sobre os corpos e suas vidas, fortalecendo a separação entre o saber científico e o saber popular, o corporal e o mental, entre o moderno e o primitivo, inventados pela colonização. Castellani Filho (1988) reforça que a preocupação do governo sobre o corpo era manter o desejo de tornar-se um europeu, e agora contava com o investimento médico na aptidão física e na saúde para evitar doenças, e na sexualidade para garantir a reprodução e a formação da família sob os ideais burgueses.

Medicina, cristianismo e militarismo constituíram a base científica, moral, sexual e nacional a ser apreendida por todos os corpos a fim de se tornarem cada vez mais civilizados. Os primeiros profissionais de educação física, obviamente, eram militares e médicos, suas formações ocorreram nas escolas militares de educação física; já a organização do primeiro curso oficial de formação profissional em educação física do Brasil ocorreu em 1929, no Primeiro Congresso de Eugenia do Brasil (Pires, 2007). TÁ PASSADA? Este absurdo aconteceu e pretendia a organização de Escolas Superiores de Educação Física, com o objetivo de regenerar o corpo e civilizar o tal homem brasileiro, o que resultaria na preparação cultural das elites e na formação eugênica do povo explorado, além de

preparar a mulher brasileira para a missão do lar e para o trabalho (Castellani Filho, 1988). A inserção da mulher heterocis branca na educação física como política eugenista se dá pelo fato de que os centros urbanos precisavam lidar com aqueles corpos que migravam do campo para a cidade, forçados pela mudança da exploração econômica de rural-exportadora para urbano-comercial. São raros os registros de instruções ginásticas para mulheres heterocis brancas antes do período republicano, mas isso não quer dizer que não ocorressem, só não era interesse governamental a educação de corpos que não eram considerados cidadãos pelo regime de poder patriarcal.

A utilização da educação física como uma política ideológica de re-produção constante de um padrão de corpo utilizava-se da fisiologia, da morfologia, da ética e da espiritualidade para inserir entre os corpos uma competição constante para se aproximar cada vez mais do corpo que era estimulado (Castellani Filho, 1988). Um dos médicos responsáveis pelo horrível evento, Peregrino Júnior, caracterizou a educação física como uma arma moderna de estruturação humana, como enfatiza Pires (2007). Daí a utilização da educação física para a militarização dos corpos e das suas relações, inserindo-os nas dinâmicas necessárias à manutenção do regime de poder.

Durante o Estado Novo, iniciado em 1937, a educação física foi reestruturada e os ideais nacionalistas, antiliberais e anticomunistas passaram a ser trabalhados pelas escolas, as quais deveriam priorizar os ensinamentos profissionalizantes ao invés da formação crítica para a reflexão social. A insistência da movimentação popular e sua preocupação com a educação básica e a propagação de preconceitos, força a

criação da primeira Escola Nacional de Educação Física, vinculada à Universidade do Rio de Janeiro. No entanto, Pires (2007) discute que o histórico da educação física denunciava o seu não comprometimento com o saber e a sua instrumentalização como atividade de desenvolvimento da aptidão física não era bem recebida por intelectuais do nível superior. Sua vinculação ao ensino superior se deu distante da organização curricular das humanidades, por não ter sido abarcada pela Faculdade Nacional de Filosofia, responsável por organizar as licenciaturas. Acontece que o interesse governamental na propagação da educação física era a militarização dos corpos para a manutenção do Estado de Exceção que se manteria até 1945 e seu isolamento no campo acadêmico favoreceu ao domínio militar do corpo social.

Nessa nem tão nova reconfiguração da vida, a Educação Física, Moral, Intelectual e Sexual ganha maior território de atuação e passa a contar com a articulação entre família e escola para a manutenção do regime de poder em todos os corpos. O investimento higienista na família utilizava a noção de regeneração da raça para manter o poder branco, heterocis e cristão dentro e fora do lar, continuando na escola. Não se tratava mais do treinamento do gesto do menino e do homem, agora os contornos das políticas educacionais definiam com mais força o padrão de corpo a ser exigido e produzido pela escola, utilizando-se da educação física. A investigação de Castellani Filho (1988) permite-nos perceber que a educação física escolar cumpriu o papel de produzir os corpos para se tornarem homens viris e dominadores ou mulheres obedientes e procriadoras, a estratégia era o investimento de poder sobre o

corpo individual sendo movido para o corpo social.

Assim, o higienismo reforçou a normalização na educação de corpos masculinizados e feminilizados, obedientes às normas reproduzidas pela família e continuadas pela escola, utilizando-se da incorporação de padrões cristãos, racistas, heterossexuais, cisgêneros, patriarcais e toda uma sorte de modos de separação necessários à manutenção de binarismos em cada corpo que vive na colônia que queria ser uma europa.

Treinamento corporal concluído com sucesso!

O tempo em que o corpo foi estimulado

Trinta e dois anos após a estapafúrdia criação do primeiro curso de formação profissional, a educação física permanecia sem fundamentação teórica, metodológica ou pedagógica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 exigiu a constituição de um currículo mínimo para o embasamento cultural, pedagógico, teórico e a formação profissional adequada. A maioria dos currículos dos cursos de formação profissional e superior em educação física vincularam a área de conhecimento aos saberes médico-biológicos, utilizando-se de medições e testes e avaliações com o objetivo de aprimoramento físico do corpo que agora seria estimulado a competir (Pires, 2007). Desse modo, as noções de corpo treinado passaram por uma sofisticação no sentido de fazer com que o treinamento do gesto, baseado em evidências científicas (majoritariamente estadunidenses), fosse necessário à disciplina, ao desenvolvimento físico, à conquista individual e, principalmente, coletiva do título esportivo para a nação.

Durante a ditadura iniciada em 1964, a formação dos técnicos em desportos foi acrescida de carga horária e de disciplinas comuns a todas as licenciaturas, inserindo os conteúdos pedagógicos e didáticos. Ao mesmo tempo, o estímulo para a criação de cursos de pós-graduação em educação física ocorreu no sentido de fortalecer as áreas esportivas estudadas nas universidades dos Estados Unidos, resultado da vinculação do Ministério da Educação ao Departamento de Educação Americana (Pires, 2007). Em 1971, a disciplina passou a contar com legislação específica, ainda com ênfase na aptidão física e no esportivismo. Os argumentos principais eram a libertação das amarras do currículo mínimo, as demandas do mundo do trabalho para além da escola e a necessidade de pensar a educação física como um campo de conhecimento específico.

A Política Nacional de Educação Física e Desportos de 1975 objetivava o aprimoramento da aptidão física da população, a intensificação da participação estudantil e popular em práticas desportivas, a elevação do nível técnico de desportistas e a difusão dos esportes para a ocupação do tempo de lazer (Pires, 2007). Até parecia uma política interessante, não fosse o domínio militar que configurava a ditadura em questão. A intenção era projetar o Brasil como um fenômeno esportivo pelo mundo, por meio do futebol, e para isso o estímulo ao esporte ocorria pela utilização da seleção brasileira como modelo hierárquico de superação e das universidades como meios de produção de talentos esportivos. Para além da necessidade de internacionalização, os ataques ditatoriais ocorriam internamente com a mobilização de eventos esportivos e práticas esportivas obrigatórias nas universidades e em alguns locais de trabalho, resultando na

diminuição progressiva do tempo livre de trabalhadores e estudantes, e na desarticulação proposital das movimentações coletivas e populares e políticas e estudantis e culturais frente aos desmandos da ditadura (Castellani Filho, 1988). A educação física era uma técnica de adestramento corporal para atender às exigências do Estado e sua instrumentalização tecnicista e mecanicista do movimento humano contribuía para o distanciamento de reflexões críticas sobre a ação de se mover, o corpo era compreendido pela sua capacidade de superar os limites, de ser o melhor, de competir com suor e sangue. Um modo militar de substituir a guerra pelo gol.

A esportivização das práticas escolares e da educação física como área de conhecimento foi um modo de atualização do imperialismo, agora estadunidense, por meio da incorporação de nacionalismos fantasiosos. Se pensarmos no esporte como uma arma moderna de estruturação humana, podemos perceber que a sua estratégia discursiva foi agir sobre um modo de coletividade que é muito comum nas resistências populares: o mover-se junto. No entanto, essa estratégia estabeleceu um objetivo inserido em uma dinâmica competitiva para a vitória de apenas um, ou seja, o investimento esportivista sobre a capacidade corporal de mover-se em conjunto funcionou para educar um coletivo de corpos, o time, para a hierarquia na qual só um time será o melhor.

Com o objetivo de vencer sendo estimulado, as demais características coletivadoras da prática esportiva perdem força e presença tanto nas escolas, quanto nos clubes e eventos esportivos. Cooperação, outreidade, ludicidade, respeito, coeducação, diferença, coletividade e tantas outras

características da ação conjunta entre corpos não conseguem se manter quando todos os corpos só querem vencer. Com o passar do tempo, um padrão militar, médico e biológico, baseado na reprodução do gesto vai se transformando em tecnicista, esportivista, binário, centralizador, elitista e competitivo, utilizando-se da capacidade corporal de se mover para atingir os objetivos necessários à manutenção do regime de poder que mantém a colonialidade em sofisticação.

Por mais que a prática esportiva ainda seja bastante estimulada pelo seu viés competitivo, ela também pode ser percebida em suas nuances de controle e de possibilidade de desvio. Os movimentos de sua existência enquanto prática corporal relacionada à cultura permitem-nos pensá-la como um modo de educar corpos para a obediência; para a defesa de ideais nacionalistas que se fortalecem nas ditaduras por causa da criação de ameaças que vão do mercado ao comunismo; para a constante defesa de padrões que separam cada vez mais os corpos em times a serem derrotados. Pensar o esporte como uma sofisticação, do treinamento ao estímulo, é também perceber a mudança da trajetória de uma ditadura que militarizou o corpo (individual e social) a fim de treiná-lo para a reprodução a partir de si, para outra ditadura que estimulou o corpo (individual e coletivo) a competir pelo bem-estar da nação militarizada que controlava as liberdades individuais. Um corpo forçado a aprender uma maneira de re-produção de si como único é estimulado a treinar e competir conjuntamente em defesa da única nação.

De quantos militares se faz um time?

O tempo em que o corpo é distanciado

Faz tempo desde que as aulas de educação física eram Gymnastika e seus gestos norteados pelo padrão que vinha da Europa para ocupar os corpos brasileiros. Faz tempo desde que os esportes tomaram conta do fazer pedagógico das aulas de educação física e fizeram do corpo um local de aprendizado das dinâmicas sociais hierárquicas de poder. Faz tempo que os mesmos corpos são treinados nas aulas de educação física, o corpo forte, o gordo, o alto, o cisgênero, o heterossexual, o branco, o rico, o atleta, o sarado, o deficiente, o magro, o bicha, o feminino, o sapatão... A educação física é um dos espaços da angustiante grade curricular nos quais os corpos podem entrar em contato consigo e com os outros no sentido de mobilizar os saberes de todos os corpos, nos tempos de agora que revisitam os de antes e imaginam os que virão. Não faz tanto tempo assim que a educação física é percebida como importante para a educação, para a vida de corpos que se organizam em sociedade (Chaves, 2005). E todos os tempos existem conjuntamente em uma aula.

O tempo de militarização do gesto e do investimento nacional em cursos de formação profissional que treinassem apenas um modo de aplicar a educação física, é misturado ao tempo de estimulação esportiva e do desenvolvimento estratégico da educação física no ensino superior como modo de reprodução da cientificidade estadunidense. Os modos imperiais de controle não conseguem mais ser tão escrachados, por isso vão se tornando sutis, fazendo parte de um gesto do professor, de um dedo em riste, de um apito estridente, de uma política pública, de um programa de emagrecimento, de um treinamento específico com o

personal trainer. Acontece que, mesmo misturados, ainda vivemos aquele tempo do corpo distanciado de si, estratégia colonial ainda em sobrevida. É neste tempo, no qual somos corpos em movimento de vida, que é possível que olhemos para os tantos tempos da educação física e investiguemos seus movimentos de outras formas, como denúncias, registros, memórias, resistências, desvios, desobediências e modos de fazer que fujam da norma do treinamento que estimula o distanciamento de si e dos outros corpos.

Desde antes da reabertura democrática, existiam as outras formas de pensar a educação física, relacionando-a com as culturas, com as artes, a história, a antropologia, a filosofia, a política, a coletividade, a vizinhança, os saberes criados pelos corpos que compartilham o espaço de uma aula (Betti, 2005). Foi resistindo à imposição governamental de currículos militarizados e médicos que as universidades do nordeste brasileiro, por exemplo, foram criando outras formas de investigação da área de conhecimento que escapassem daquelas centralizadas nas formações profissionais e superiores dos estados do sudeste (Chaves, 2005). Mesmo após a Constituição de 1988, a educação física ainda continua muito dependente das áreas da saúde, o que contribui para uma hierarquia na produção de conhecimento sustentada por maiores investimentos nas áreas médico-biológicas que nas demais áreas que compõem os campos de pesquisa da área de conhecimento.

A pesquisa realizada por Chaves (2005) demonstra que na década de 1980, a educação física ainda era configurada por um domínio instrumental, técnico e metodológico da área, vinculado à soberania das subáreas da fisiologia, antropometria, medicina esportiva e biologia. A transição para a década de

1990 também modificará o panorama da produção de saber da área e será caracterizada por maior presença teórica e epistemológica, muito influenciada pelas subáreas de ciências humanas e sociais, pedagogia, antropologia, sociologia e filosofia. A educação física passa a ser composta por saberes que se preocupam com as formas pelas quais o corpo é controlado pela educação, com os efeitos dos jogos de poder sobre os corpos e a redução progressiva de sua humanidade, com o distanciamento cultural e histórico e corporal promovido pelo adestramento do gesto.

O Coletivo de Autores, publicado em 1992, representa essa mudança de perspectiva na formação e no ensino da educação física, investigando as práticas corporais como componentes do que pode ser entendido como cultura de movimento e o corpo como expressão viva da integralidade de ser humano, o qual expressa-se e se move com toda a sua corporalidade. Defender o corpo como o local onde se movimentam as culturas e os saberes demonstra a necessidade de se perceber no corpo os modos de distanciamento que o transformaram em militar, em médico, em biológico, em esportivista, em competitivo, em nacionalista, em patriarcal, bem como perceber que é no corpo que a vida acontece, que os saberes e as culturas se transformam e remexem as histórias que não quiseram contar.

As mudanças de movimento nas abordagens que buscam compreender a educação física, indicam a sua proximidade com as temáticas que envolvem corpo e poder e vida e arte e política e... Perceber-se como um corpo pode ser uma boa pista para começar a desconfiar dos efeitos de poder sobre um corpo, o seu, o meu, o corpo coletivo e sentir que o saber é incorporado, remexido pelo corpo, produzido por ele,

sempre em movimento. Após outro golpe, iniciado em 2013 e alongado até 2023, dessa vez utilizando de tecnologias para distanciar corpos a partir do celular que vibra na mão a cada *fake news* e de uma pandemia que reforçou o distanciamento e a ignorância, percebemo-nos corpo pela dor, pela perda, pelo sufoco até a morte. Afirmamo-nos corpos por meio de uma identidade construída com cacoc neoliberais que aprisionam os corpos colonizados em uma maneira de ser, cada vez mais específica e distante das relações que a tornaram possíveis (Carvalho, 2023). A educação física permanece insegura em abordar os conteúdos que envolvem a relação do corpo com a política e o mundo, talvez porque a própria educação física tenha sido preenchida pelo dever de produzir os corpos que serão aceitos no jogo social.

A análise da produção de conhecimento na educação física nos estados do nordeste brasileiro, realizada por Chaves (2005), apontou que as pesquisas se movimentam em sentido decolonial, não afirmam os saberes canônicos sobre os saberes categorizados como menores, para depois transformá-los em importantes. Pelo contrário, buscam enxergar as brechas existentes nas imposições advindas das ciências da saúde e criam possibilidades de percepção de que pesquisar em educação física tem a mais a ver com pesquisar com o corpo no chão, pisando, rolando, dançando, saltando, vivendo e aprendendo no próprio ato de se movimentar consigo e com outros corpos. São pesquisas que implicam o corpo de quem pesquisa (Tani, 2011), nas quais as experiências dos corpos que constituem o que se nomeia como campo da pesquisa são importantes e envolvem, portanto, as problematizações existentes nas relações entre os corpos de discentes,

docentes e as suas dinâmicas e contextos sociais, culturais, históricos...

Depois de tanto tempo funcionando como uma arma de estruturação do corpo colonizado, talvez esteja mais do que na hora de reanimar na educação física os fazeres e saberes que se comprometam com movimentos de aproximação de corpos consigo e com outros, a fim de superar o distanciamento progressivo que tem resistido até aos fins dos tempos. Revisitar os modos de opressão presentes na educação física só é possível por conta dos corpos que desistiram de obedecer às suas ordens e brincaram de movimentar os saberes que militares, médicos, cristãos e governantes tentaram impedir.

Ainda bem que o corpo sempre escapa.

Referências

BETTI, M. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v.19, n.3, p.183-197, 2005.

CHAVES, M. F. **A produção do conhecimento em Educação Física nos Estados do nordeste (Alagoas, Bahia, Pernambuco e Sergipe) 1982-2004: balanço e perspectivas**. 2005. 398f. Tese (Pós-doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

CARVALHO, v. **corposições cartografia das bichas**. 2023. 264f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, 1988.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 935-952, set.-dez. 2014.

PIRES, R. G. **História da Educação Física na Bahia: o percurso da formação profissional**. 2007. 154f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

TANI, G. A Educação Física e o Esporte no contexto da universidade. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v.25, n. esp., p.117-126, 2011.

Recebido em 2023-06-28

Publicado em 2023-12-01